

Demonstrações Financeiras

CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

31 de dezembro de 2017

com Relatório do Auditor Independente sobre as
Demonstrações Financeiras

CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração do fluxo de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CGD Investimento Corretora de Valores e Câmbio S.A. (“Corretora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, datado de 24 de março de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Eduardo Wellichen
Contador CRC- 1SP184050/O-6

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>		<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ATIVO				PASSIVO			
Circulante		193.143	25.573	Circulante		55.514	74.259
Disponibilidades	4	244	211	Obrigações por empréstimos		-	50.610
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	148.439	1.199	Empréstimos no Exterior	12	-	50.610
Aplicações em depósitos interfinanceiros		148.439	1.199	Instrumentos financeiros derivativos		-	531
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		5.913	2.876	Instrumentos financeiros derivativos		-	531
Carteira própria	6	5.913	2.870	Outras obrigações		55.514	23.118
Instrumentos financeiros derivativos	7	-	6	Sociais e estatutárias		11.956	-
Outros créditos		38.547	21.174	Fiscais e previdenciárias	13	40.916	175
Negociação e intermediação de valores		-	388	Negociação e intermediação de valores	14	2.166	1.995
Diversos	8	38.547	20.786	Diversas	15	476	20.948
Outros valores e bens	9	-	113	Exigível a longo prazo		10.931	20.895
Despesas antecipadas		-	113	Outras obrigações		10.931	20.895
Realizável a longo prazo		13.431	70.946	Diversas	15	5.933	20.895
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		10.437	17.044	Fiscais e previdenciárias	13	4.998	-
Carteira própria	6	10.437	17.044	Patrimônio líquido	18	140.207	3.598
Outros créditos		2.994	53.902	Capital social:		104.338	104.338
Diversos	8	2.994	53.902	De domiciliados no País		52.169	52.169
Permanente		78	2.233	De domiciliados no Exterior		52.169	52.169
Investimentos		1	1	Reserva Legal		2.391	-
Outros investimentos		1	1	Reserva Especial de Lucro		33.478	-
Imobilizado de uso	10	-	-	Prejuízos acumulados		-	(100.740)
Outras imobilizações de uso		865	865	Total do Passivo		206.652	98.752
(-) Depreciação acumulada		(865)	(865)				
Intangível	11	77	2.232				
Gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais		3.495	5.176				
Ágio da incorporação		-	81.974				
(-) Amortização acumulada		(3.063)	(37.786)				
(-) Provisão para realização		(355)	(47.132)				
Total do Ativo		206.652	98.752				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 E
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)**

	Nota	2017		2016
		2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		7.915	213.421	5.250
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	21	7.912	215.777	10.964
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.c	22	(1.765)	(4.833)
Resultado com empréstimo no exterior		(19)	(591)	(881)
Resultado bruto da intermediação financeira		7.915	213.421	5.250
Outras receitas (despesas) operacionais		(11.494)	(38.794)	(4.323)
Receitas de prestação de serviços		-	-	2
Despesas de pessoal		(185)	(495)	(1.232)
Outras despesas administrativas	22	(811)	(2.705)	(12.289)
Despesas tributárias	23	(7.417)	(28.163)	(636)
Outras receitas operacionais	24	1.055	3.105	12.312
Outras despesas operacionais	25	(4.136)	(10.536)	(2.480)
Resultado operacional		(3.579)	174.627	927
Resultado não operacional		-	(1.680)	16
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(3.579)	172.947	943
Imposto de Renda e Contribuição Social	17	7.527	(24.382)	-
Provisão para imposto de renda		4.182	(18.922)	-
Provisão para contribuição social		3.345	(15.157)	-
Ativo fiscal diferido		-	9.697	-
Lucro do exercício / semestre		3.948	148.565	943
Quantidade de ações do capital social - lote de mil		27.977	27.977	27.977
Lucro por lote de mil ações - em R\$		0,14112	5,31025	0,03371

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 E
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Especial		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	104.338	-	-	(101.683)	2.655
Lucro do exercício	-	-	-	943	943
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	104.338	-	-	(100.740)	3.598
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	-	943	943
Saldos em 31 de dezembro de 2016	104.338	-	-	(100.740)	3.598
Lucro do exercício	-	-	-	148.565	148.565
Constituição de reservas (nota explicativa nº 18.c)	-	2.391	33.478	(35.869)	-
Dividendos (nota explicativa nº 18.b)	-	-	-	(11.956)	(11.956)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	104.338	2.391	33.478	-	140.207
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	2.391	33.478	100.740	136.609
Saldos em 30 de junho de 2017	104.338	7.231	36.646	-	148.215
Lucro do semestre	-	-	-	3.948	3.948
Reversão de reservas	-	(4.840)	(3.168)	8.008	-
Dividendos (nota explicativa nº 18.b)	-	-	-	(11.956)	(11.956)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	104.338	2.391	33.478	-	140.207
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	(4.840)	(3.168)	-	(8.008)

CGD INVESTIMENTOS CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 E
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de Reais)

	Nota	2017		2016
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro dos exercícios / semestre		3.948	148.565	943
Ajustes ao lucro:				
Depreciação e amortização	22	218	475	9.073
Tributos Diferidos	17	-	(9.697)	-
Reversão de provisão de ágio	24	-	-	(8.447)
Provisões para riscos		3.117	5.157	1.668
Despesa de juros e de variação cambial sobre empréstimos no exterior		55	3.389	(4.485)
Baixa de ativo permanente	11.a	-	1.680	-
Total dos ajustes		3.390	1.004	(2.191)
Lucro (Prejuízo) ajustado		7.338	149.569	(1.248)
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Redução/(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(571)	3.570	(5.362)
Redução/(Aumento) em outros créditos		15.106	47.762	(46.613)
Redução em outros valores e bens		65	113	(4)
Redução em instrumentos financeiros derivativos		-	(531)	-
Aumento/Redução em outras obrigações		(30.745)	12.745	18.941
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		(16.145)	63.659	(34.286)
Aplicação de ativo imobilizado		-	-	(7)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		-	-	(7)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos no exterior		(39.919)	(53.999)	31.469
Dividendos a pagar		(11.956)	(11.956)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		(51.875)	(65.955)	31.469
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(60.682)	147.273	(2.824)
No início dos exercícios / semestre		209.365	1.410	4.234
No fim dos exercícios / semestre		148.683	148.683	1.410
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				7

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. (“Corretora”) faz parte do Conglomerado CGD (Grupo Caixa Geral de Depósitos) e sua atividade iniciou em 01 de setembro de 2005.

Em 07 de maio de 2014, foi aprovado pelos conselheiros da Companhia o acordo operacional entre a Corretora e a “Rico” Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O objetivo foi a integração do DirectaInvest e da Rico.com.vc, plataforma de investimentos da Rico Corretora. Essa operação inseriu-se no processo de aquisição de uma participação de 51% pela Corretora no capital social da FLAFLU Participações S.A., holding financeira. Como parte do processo de aquisição, a Corretora adquiriu debêntures conversíveis, emitidas pela FLAFLU Participações S.A., controladora da Rico Corretora, no valor de R\$ 6.438.

No ano de 2015, as operações da CGD ficaram reduzidas ao mínimo regulatório, tendo sido integradas na estrutura do Banco Caixa Geral – Brasil S.A.

No dia 29 de novembro de 2016, a Corretora assinou Contrato de Compra e Venda de Valores Mobiliários e outras Avenças (“Contrato”) junto à XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Compradora”), celebrando a venda de sua participação econômica na FLAFLU Participações S.A., representada por debêntures conversíveis, conforme mencionado acima.

No final do mês de junho de 2017, após aprovação pelo Banco Central do Brasil, a venda da participação na FLAFLU foi concluída e os recursos foram recebidos pela Corretora, apurando um ganho na venda destas debêntures, no montante de R\$ 202.538, conforme nota explicativa nº 21.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e são elaboradas com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são:

Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos;

Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa;

Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas;

Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;

Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente;
Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações;
Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico; e
Resolução nº 4.424/12 - Benefícios a empregados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de março de 2018.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Corretora.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

Apresentamos a seguir o resumo das principais práticas contábeis:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre os ativos e passivos indexados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez e demais operações ativas e passivas

As operações com cláusula de atualização monetária ou cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente e calculadas “pró-rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular n.º 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários da Corretora são classificados na categoria “títulos para negociação”.

Os títulos classificados na categoria de “títulos para negociação” são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício, sendo classificados no Ativo Circulante, independente do seu vencimento.

Em 31 de dezembro de 2016, as debêntures classificadas na categoria “títulos mantidos até o vencimento” eram aquelas para as quais a Administração tinha intenção e capacidade financeira de mantê-las até o vencimento. Esses títulos eram registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos. O ágio e deságio, quando aplicável, eram apropriados ao resultado em função dos prazos de vigência dos títulos.

As debêntures eram atualizadas com base no lucro auferido pela empresa desde a data do investimento nas debêntures até a data de vencimento, na proporção de 51% para os debenturistas e 49% para os acionistas da empresa.

e) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de futuros e swaps são contabilizados segundo os seguintes critérios:

- Operações de futuros: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do exercício;
- Operações de swaps: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “pró-rata” dia até a data das demonstrações financeiras;

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (“hedge”) podem ser classificados como:

I - “hedge” de risco de mercado; e

II - “hedge” de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” e os respectivos objetos de “hedge” são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício; e (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

f) Imobilizado e intangível

Demonstrados ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas depreciações ou amortizações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando-se taxas que levam em conta a vida útil estimada dos bens, ou seja, 10% a.a. para móveis e equipamentos e 20% a.a. para sistemas de processamento de dados.

O intangível é composto por licenças de uso de software e desenvolvimento de plataformas tecnológicas.

Em 31 de dezembro de 2016, o ágio com fundamento na previsão de resultados futuros era amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram.

g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso;
- **Provisões para riscos** - são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota;
- **Obrigações legais: Fiscais e Previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente; e

Redução ao valor de recuperação

O CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece a necessidade de as entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável das despesas antecipadas e dos ativos imobilizado, diferido e intangível.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros “*impairment*” é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo, anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

h) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no exercício, ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro antes dos impostos.

i) Uso de estimativas

Estas demonstrações financeiras incluem estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação a valores de mercado de títulos e valores mobiliários, a provisão para créditos de liquidação duvidosa e a provisão para riscos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Disponibilidades	244	211
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>148.439</u>	<u>1.199</u>
Total	<u><u>148.683</u></u>	<u><u>1.410</u></u>

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	<u>Até 3 meses</u>	<u>Total</u>	<u>Até 3 meses</u>	<u>Total</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>148.439</u>	<u>148.439</u>	<u>1.199</u>	<u>1.199</u>
Total	<u><u>148.439</u></u>	<u><u>148.439</u></u>	<u><u>1.199</u></u>	<u><u>1.199</u></u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição e abertura de títulos e valores mobiliários por prazo de vencimento

	2017		2016	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Títulos para negociação:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT				
De 3 a 5 anos	5.906	5.913	2.874	2.870
Total de títulos para negociação	5.906	5.913	2.874	2.870
Títulos mantidos até o vencimento:				
Debêntures (1)				
Acima de 5 anos	-	-	17.044	17.044
Fundos de Renda Fixa				
Sem vencimento	10.437	10.437	-	-
Total de Títulos mantidos até o vencimento	10.437	10.437	17.044	17.044
Circulante	5.906	5.913	2.874	2.870
Realizável a longo prazo	10.437	10.437	17.044	17.044
Total de títulos e valores mobiliários	16.343	16.350	19.918	19.914

(1) Refere-se às debêntures emitidas pela FlaFlu Participações S.A., dentro do contexto de aquisição dos direitos da Rico, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. Essas debêntures são remuneradas com base no lucro auferido pela empresa desde a data do investimento nas debêntures até a data de vencimento, na proporção de 51% para os debenturistas e 49% para os acionistas da empresa.

Os títulos classificados na categoria “negociação” estão apresentados no ativo circulante independente de seu vencimento. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Corretora não fez reclassificações entre as categorias “negociação”, “disponível para venda” e “mantidos até o vencimento”.

Os títulos e valores mobiliários encontram-se custodiados, conforme o caso, no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. As cotas de fundos de investimento estão custodiadas junto ao administrador do fundo.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é calculado através dos preços de referência de mercado, tais como Anbima e B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. As cotas de fundo de investimento foram marcadas a mercado com base no valor da cota divulgado pelo administrador do fundo.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

- i. **Política de utilização:** A Corretora utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às necessidades de gerenciamento de riscos de mercado.

- ii. **Gerenciamento:** O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por taxas de juros locais, índice de inflação e Dólar.
- iii. **Crítérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado:** Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, a Corretora utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. Os instrumentos financeiros derivativos são segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento e os valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as posições dos instrumentos financeiros derivativos, negociados em operações na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, são as seguintes:

a) Composição por indexador:

	2017			2016		
	<u>Valor a receber</u>	<u>Valor a pagar</u>	<u>Valor de referência</u>	<u>Valor a receber</u>	<u>Valor a pagar</u>	<u>Valor de referência</u>
Operações de Futuros						
Posição comprada	-	-	-	-	(531)	51.060
DDI	-	-	-	-	(531)	51.060
Posição vendida	-	-	-	6	-	815
DOL	-	-	-	6	-	815
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6</u>	<u>(531)</u>	<u>51.875</u>

Em julho de 2017, os derivativos foram liquidados pelo seu valor de mercado, apurando um ganho no montante de R\$ 22.

b) Composição do valor de referência por vencimento:

	2017		2016	
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Total</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>Total</u>
<i>Futuro</i> - posição ativa	-	-	815	815
<i>Futuro</i> - posição passiva	-	-	51.060	51.060
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>51.875</u>	<u>51.875</u>

c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

Informamos a seguir os ganhos e as perdas (realizados ou não) que impactaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. Tais ganhos e perdas estão sendo apresentados líquidos do resultado gerado pelos derivativos utilizados como instrumento de Hedge de risco de mercado.

	2017			2016		
	<u>Ganho</u>	<u>Perda</u>	<u>Líquido</u>	<u>Ganho</u>	<u>Perda</u>	<u>Líquido</u>
Futuros	<u>57.099</u>	<u>(58.864)</u>	<u>(1.765)</u>	<u>47.573</u>	<u>(52.406)</u>	<u>(4.833)</u>
Total	<u>57.099</u>	<u>(58.864)</u>	<u>(1.765)</u>	<u>47.573</u>	<u>(52.406)</u>	<u>(4.833)</u>

d) Derivativos utilizados como instrumentos de “Hedge”

Em 31 de dezembro de 2016, as estruturas de “hedge de risco de mercado” eram compostas por contratos futuros, com valor de referência atualizado de R\$ 51.060 e vencimentos que variam de janeiro de 2017 a julho de 2017.

O valor das captações no exterior era de R\$ 50.610 em 2016 e estava classificado como objeto de “hedge de risco de mercado”. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como despesa no montante de R\$ 180.

A efetividade das estruturas do “hedge de risco de mercado” era medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para “hedge” e do instrumento objeto de “hedge”.

A efetividade apurada para a carteira de “hedge” em 31 de dezembro de 2016 estava em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente durante o período.

As operações acima não representavam a exposição global da CGD aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge”.

8. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Impostos e contribuições a compensar	13.959	1.802
Devedores por depósitos em garantia (a)	27.568	52.100
Devedores por depósitos em garantia locação arbitragem	-	20.003
Adiantamentos e antecipações salariais	13	-
Escrow account (b)	-	545
Outros	<u>1</u>	<u>238</u>
Total	<u>41.541</u>	<u>74.688</u>
Circulante	38.547	20.786
Realizável a longo prazo	2.994	53.902

(a) Referem-se, principalmente, aos depósitos judiciais relacionados à discussão no tocante ao PIS/COFINS (lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 2.831 e IR/CSLL desmutualização da Bolsa no montante de R\$ 23.521 (nota 16). Em função da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, descrito na nota 16.b, os títulos públicos depositados em garantia destes processos estão em fase de liberação pela Justiça Federal do Brasil.

(b) Referiam-se a reembolsos relacionados a processos trabalhistas e cíveis classificados como probabilidade de perda provável e que estavam cobertos por uma conta Escrow junto ao Deutsche Bank.

9. OUTROS VALORES E BENS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prêmios de seguro	-	89
Antecipação comissões de carta de fiança a apropriar	-	18
Manutenção de sistemas	<u>-</u>	<u>6</u>
Total	<u>-</u>	<u>113</u>
Circulante	-	113

10. IMOBILIZADO

	Taxa anual depreciação	2017			2016	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Instalações, móveis e equipamento de uso	10%	-	-	-	-	-
Comunicação	10%	8	(8)	-	-	-
Processamento de dados	20%	857	(857)	-	-	-
Total		865	(865)	-	-	-

11. INTANGÍVEL

a) Softwares

	Taxa anual amortização	2017				2016	
		Custo	Amortização acumulada	Impairment	Valor líquido	Valor líquido	
Softwares	20%	3.495	(3.063)	(355)	77	2.322	

Em 30 de junho de 2017, a Corretora transferiu para a XP Investimentos os softwares relacionados ao homebroker, no montante total de R\$1.680, os quais foram baixados para resultados, registrados no resultado não operacional.

b) Ágios advindos da incorporação

A seguir demonstramos a composição dos ágios registrados na Corretora.

	2017				2016			
	Custo	Provisão	Amortização	Valor líquido	Custo	Provisão	Amortização	Valor líquido
Ágio sistemas/software	-	-	-	-	700	(117)	(583)	-
Ágio licença	-	-	-	-	1.800	(300)	(1.500)	-
Ágio rentabilidade futura	-	-	-	-	79.474	(46.360)	(33.114)	-
Total	-	-	-	-	81.974	(46.777)	(35.197)	-

Com a venda da participação na Rico, o ágio foi integralmente amortizado.

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

Foi representada por recursos captados de banco no exterior no valor de R\$ 50.610 em 2016, incorrendo em variação cambial da respectiva moeda, acrescida de taxa de juros anual (LIBOR) + 1,25% ao ano, com vencimentos entre março de 2017 a julho de 2017, apresentando receita de variação cambial de R\$ 3.196 em 2016.

Em julho de 2017, a totalidade dos empréstimos foram liquidados, não tendo mais nenhuma obrigação a pagar.

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	39.574	-
Impostos e contribuições a recolher	1.342	175
Impostos diferidos	4.998	-
Total	<u>45.914</u>	<u>175</u>
Circulante	40.916	175
Exigível a longo prazo	4.998	-

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIACÃO DE VALORES

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Credores - Conta Liquidações Pendentes	2.166	1.995
Total	<u>2.166</u>	<u>1.995</u>

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Provisão para riscos trabalhistas (a)	5.933	776
Provisão para despesas de pessoal	67	68
Impostos diferidos	-	-
Provisão para riscos fiscais (vide nota 16.a) (*)	-	20.119
Fornecedores a pagar	21	96
Outras (b)	388	20.784
Total	<u>6.409</u>	<u>41.843</u>
Circulante	476	20.948
Exigível a longo prazo	5.933	20.895

- (a) Refere-se, principalmente, a ações trabalhistas de ex-funcionários da Corretora que estão sendo discutidos na esfera judicial e que o assessor jurídico julga como “provável” a perda (nota 16).
- (b) Em 2016, refere-se a recursos de ex-controladores levantados pela Corretora para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos administrativos no montante de R\$ 20.202. Apesar de tais processos administrativos terem as chances de perda classificadas como “possível”, a Corretora foi requerida a realizar depósitos administrativos e, em função dessa perda de liquidez, conseguiu levantar os recursos dos ex-controladores que estavam em custódia de Banco depositário. Em 31 de dezembro de 2016, os ex-controladores estavam questionando em câmara de arbitragem o levantamento desses recursos pela Corretora, os quais foram depositados pela Corretora em garantia até o termino da arbitragem.

Em janeiro de 2017, o Banif Banco Investimento (Brasil) S. A. propôs um acordo para a CGD Investimentos com o objetivo de encerrar o processo de arbitragem, que foi prontamente aceito pela Corretora. Neste acordo, a Corretora recebeu o montante de R\$ 20.584 e assumiu a responsabilidade pelas contingências que anteriormente estavam previstas no contrato de compra e venda celebrado com o Banif na data de 06 de junho de 2010 e cobertos por “escrow account”.

- (*) Conforme Carta Circular nº 3.782/16 do BACEN, a rubrica “Provisões para riscos fiscais e previdenciários” foi reclassificada de “Outras obrigações – fiscais e previdenciárias” para “Outras obrigações – Diversas”.

16. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:

Descrição	2017		2016	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Provisões fiscais (a):				
PIS	-	-	2.813	6.346
COFINS	-	-	17.306	23.248
IR/CSLL Desmutualização	-	-	-	21.327
Provisões para riscos fiscais:	-	26.352	20.119	50.921
Provisões para riscos cíveis: (b)		500	-	20.096
Provisões para riscos trabalhistas: (c)	5.933	716	776	1.086
Total	5.933	27.568	20.895	72.103

- (a) Referiam-se à discussão no tocante ao PIS/COFINS (Lei nº9.718/98), anos calendários 2008 a 2012, onde questiona a legalidade, incidência e constitucionalidade do tributo. Na análise de nossos assessores jurídicos as chances de êxito são possíveis.
- (b) Em 31 de dezembro de 2017, a Corretora possuía 10 processos de natureza cível (10 em 2016), no montante total de R\$600 (R\$775 em 2016), classificados pelos nossos assessores jurídicos como perda possível.
- (c) Em 31 de dezembro de 2017, a Corretora possuía 3 processos de natureza trabalhista (5 em 2016), no montante total de R\$2.450 (R\$2.380 em 2016), classificados pelos nossos assessores jurídicos como perda possível.

b) Movimentação das provisões para riscos:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2015	18.530	897	24	19.451
Constituição	1.589	79	-	1.668
Reversão	-	(200)	(24)	(224)
Saldo em 31/12/2016	20.119	776	-	20.895
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2016	20.119	776	-	20.895
Reclassificação (1)	19.877	-	-	19.877
Constituição	18.255	5.526	-	23.781
Reversão	-	(369)	-	(369)
Transferência para impostos a recolher	(6.777)	-	-	(6.777)
Pagamento PRT (2)	(17.784)	-	-	(17.784)
Pagamento PERT (3)	(33.690)	-	-	(33.690)
Saldo em 31/12/2017	-	5.933	-	5.933

(1) Refere-se aos recursos recebidos, em janeiro de 2017, do Banif Banco Investimento (Brasil) S. A., conforme descrito na nota 15.b, advindo de acordo firmado com o objetivo de encerrar o processo de arbitragem.

(2) A corretora aderiu ao Programa de Regularização Tributária-PRT para o processo de cobrança do PIS e COFINS sobre a desmutualização dos títulos patrimoniais das bolsas no montante de R\$ 17.784. Este programa previa parte da quitação da dívida

(80% do valor total da dívida) com a utilização de prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social. A Corretora fez a opção por esta forma de pagamento, registrando um crédito tributário de R\$14.227 (vide nota explicativa 17).

(3) A Corretora decidiu incluir no programa de parcelamento de tributos instituído pela Lei nº13.496/17, denominado Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, os débitos de IRPJ e CSLL sobre a desmutualização dos títulos patrimoniais das bolsas e de PIS e Cofins (Lei nº 9.718/98), o qual se discutia a legalidade, a incidência e a constitucionalidade do tributo dos anos-calendários de 2013 e de 2014. O impacto dos descontos nas multas e nos juros incidentes sobre os processos mostra-se economicamente mais benéfico do que a manutenção de suas discussões, considerando a opção pelo pagamento à vista dos débitos atualizados, o que acarretou em redução do montante discutido em R\$ 12.830.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim apresentados:

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	172.947	172.947	943	943
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(43.213)	(34.589)	(236)	(189)
Efeitos tributários sobre (adições) / exclusões permanentes:	(2.638)	(2.111)	(334)	(267)
Despesas com Gratificações e Benefícios	(1)	(1)	(65)	(52)
Juros Thin Cap	-	-	(297)	(237)
Outras Despesas indedutíveis / outras receitas não tributáveis	(2.637)	(2.110)	28	22
Efeitos tributários sobre (adições) / exclusões temporárias:	16.291	13.033	933	745
Provisão para contingente fiscal	5.029	4.023	(397)	(318)
Mtm TVM e Derivativos	797	638	(638)	(511)
Provisão Ágio Incorporação PINF	11.694	9.355	2.112	1.689
Provisão para contingente trabalhista	(1.289)	(1.031)	(40)	(32)
Outros	60	48	(104)	(83)
Total	(29.560)	(23.667)	(363)	(289)
Prejuízo Fiscal / Base Negativa da CSLL Não Constituído	-	-	(363)	(289)
Prej Fiscal e Base Neg utilizada (30% do lucro)	8.121	6.497	-	-
Credito Tributário Contabilizado	7.904	6.323	-	-
Despesa de IRPJ e CSLL	(13.535)	(10.847)	-	-

A CGD Investimentos possui créditos tributários não contabilizados. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 3.059/02.

	2017			2016		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos Fiscais de Imposto de Renda e Base Negativa da CSLL	9.874	7.899	17.773	25.899	20.720	46.619
Provisão sobre Ágio Goodwill	-	-	-	11.590	9.272	20.862
Provisão sobre demais Ágios	-	-	-	104	83	187
Provisão para Contingências Fiscais	-	-	-	5.030	4.024	9.054
Outras Provisões Temporárias	1.659	1.327	2.986	1.344	1.075	2.419
Total de Créditos Tributários Não Contabilizados	11.533	9.226	20.759	43.967	35.174	79.141

Em 31 de dezembro de 2017, a Corretora possuía impostos diferidos de R\$4.998, sendo R\$2.517 Imposto de Renda, R\$2.013 Contribuição Social, R\$ 65 PIS e R\$ 403 COFINS, incidentes sobre o valor recebido de R\$10.065, retido em uma conta “escrow” que será tributado à medida que os recursos forem disponibilizados para a Corretora.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado, está representado por 27.977.048 ações, sem valor nominal sendo 13.988.524 ordinárias e 13.988.524 ações preferenciais dividido em partes iguais para o Caixa - Banco de Investimento S.A e Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

b) Destinações do lucro líquido

O estatuto assegura aos acionistas um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da legislação societária. Em 31 de dezembro de 2017, foi destinado dividendo mínimo obrigatório de R\$11.956.

c) Reserva de lucro

A reserva de lucros é constituída em cumprimento das exigências estabelecidas na legislação e conforme previsto na Resolução CMN 3.605/08. Conforme estatuto social, foram constituídas reserva legal de R\$ 2.391 e reserva de lucros de R\$ 33.478.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Corretora realiza operações com partes relacionadas e suas informações são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/09, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, considerando-se ausência de risco, conforme abaixo:

	<u>Grau de relação</u>	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
		<u>Ativo (passivo)</u>	<u>Receitas (despesas)</u>	<u>Ativo (passivo)</u>	<u>Receitas (despesas)</u>
Disponibilidades					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	177	-	184	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	148.439	7.229	1.199	578
Obrigações por empréstimos					
Banco Nacional Ultramarino, S.A.	Outras partes relacionadas	-	(117)	(50.610)	3.196

O pessoal chave da Administração, composto por seu corpo diretivo, obteve remuneração no exercício no montante de R\$ 7 (R\$ 453 em 2016) caracterizada como benefício de curto prazo. A Corretora não possui outros benefícios.

20. GERENCIAMENTO DE RISCOS - ACORDO DA BASILÉIA

A Corretora adotou estrutura voltada para o gerenciamento e mitigação dos riscos inerentes das operações intermediadas. Esta estrutura visa assegurar que as políticas e os procedimentos estão sendo seguidos. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco.

Conforme previsto na Resolução CMN nº 3.490/07, a apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE para integrantes de conglomerado financeiro deve ser calculado de forma consolidada. Desta forma, a apuração do índice da Basileia da CGD Investimentos Corretora de Valores e Cambio S.A apresentado pelo Conglomerado da CGD em 31 de dezembro de 2017 é de 34,07% (21,78% em 2016).

21. RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	10.388	578
Ganho na venda das debêntures	202.538	-
Resultado com títulos de renda fixa	2.812	10.428
Ajustes ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	39	(42)
Total	<u>215.777</u>	<u>10.964</u>

22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Comunicação	(44)	(110)
Processamento de dados	(433)	(534)
Serviços do sistema financeiro	(154)	(129)
Serviços técnicos especializados	(1.441)	(1.480)
Aluguel, água, energia e gás	-	(101)
Serviço de terceiros	(32)	(95)
Depreciação e amortização	(245)	(9.073)
Publicações	(96)	(107)
Viagens	(8)	(2)
Transportes	-	(3)
Seguros	(150)	(83)
Propaganda, publicidade e relações públicas	-	(6)
Outras	(102)	(566)
Total	<u>(2.705)</u>	<u>(12.289)</u>

23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
COFINS	(8.492)	(475)
PIS	(1.379)	(77)
Tributos municipais	(35)	(42)
Adesão ao PERT	(18.255)	-
Outras	(2)	(42)
Total	<u>(28.163)</u>	<u>(636)</u>

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Recuperação de encargos e despesas	277	-
Atualização de impostos	1.742	2.417
Acordo judicial	-	1.300
Reversão de provisões trabalhistas	369	-
Reversão de provisões operacionais (a)	708	-
Reversão de provisão para realização ágio	-	8.447
Outros	9	148
Total	<u>3.105</u>	<u>12.312</u>

25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Atualização de impostos	-	(56)
Comissões sobre carta de fiança	(192)	-
Provisão para riscos trabalhistas	(5.526)	(1.668)
Atualização financeira	(2.648)	-
Outras despesas	<u>(2.170)</u>	<u>(756)</u>
Total	<u>(10.536)</u>	<u>(2.480)</u>